

Pesquisa comparativa: jornalismo, mídia e política

Introdução

ARNAUD ANCIAUX

Professeur adjoint

*Centre de recherche interuniversitaire
sur la communication, l'information et la société
(CRICIS)*

*Université Laval
Québec, Canada*

Arnaud.Anciaux@com.ulaval.ca

JULIÁN DURAZO HERRMANN

Professeur de politique comparée

*Département de science politique
Université du Québec à Montréal (UQAM)
Canada*

durazo.julian@uqam.ca

LIZIANE GUAZINA

Professora

*Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília
Brasil*

liziane.g@uol.com.br



Estudar jornalismo, mídia e política é olhar para cada tópico, não apenas individualmente, mas também no contexto de suas relações entre si e com as sociedades nas quais eles operam e nas quais contribuem. Essas relações promovem a reflexão não só sobre as principais construções teóricas das ciências sociais, mas também nas questões que surgem da análise empírica e do trabalho de campo – como várias edições desta revista já apontaram.

À luz disso, as análises comparativas de diferentes espaços, tempos, sociedades e concepções do mundo são realizadas regularmente, especialmente pelo seu valor heurístico, e juntam-se a uma longa tradição de pesquisa nas ciências humanas e sociais com objetivos semelhantes. Mas esses estudos, independente de serem o resultado de reflexão individual, de projetos coletivos ou da convergência tangencial, parecem ser construídos e contribuem para a pesquisa de maneiras divergentes e até fragmentadas. Isso pode ser resultado das demandas e incentivos das instituições de pesquisa (universidades, instituições de financiamento ou redes de pesquisadores mais ou menos organizadas), demandas e incentivos, tanto quanto de gostos distintos de indivíduos, criadores e produtores de pesquisa. Dito isto, a pesquisa comparativa tem, acima de tudo, um valor heurístico específico, esforçando-se para fazer mudar as perspectivas analíticas fora de contextos

Pour citer cet article

Référence électronique

Arnaud Anciaux, Julián Durazo Herrmann, Liziane Guazina, « Pesquisa comparativa: jornalismo, mídia e política. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n° 2 - 2017, mis en ligne le 15 décembre 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

habituais e familiares, e questionar e reestruturar as descobertas.

A diversidade de abordagens comparativas promove a pesquisa interdisciplinar. E, e este é o ponto focal desta edição de *Sobre Jornalismo – Sur le journalisme – About Journalism*: pesquisar comparativamente, em paralelo ou de modo sincrônico, jornalismo, mídia e política em diferentes espaços, tempos e sociedades. Isso possibilita fornecer uma reflexão conjunta, embora polifônica e não exaustiva, sobre o valor heurístico da pesquisa comparativa e um melhor potencial de compreensão e intercâmbios entre jornalismo, mídia e política, em vez de procurar conclusões definitivas.

O VALOR HEURÍSTICO DA PESQUISA COMPARATIVA

O foco principal desta edição temática, conforme refletido em seus artigos, é apreciar o valor heurístico da pesquisa comparativa. Mais especificamente, a comparação possibilita problematizar as questões de forma inovadora e evita relações essencializantes que são exclusivas de um único caso e não se aplicam a um fenômeno inteiro (Fierens, nesta edição).

A pesquisa comparativa tem raízes nas próprias origens das ciências sociais, especialmente entre os precursores da ciência política, da sociologia e da economia política (Tocqueville, Durkheim, Marx, Smith ou Ricardo, entre outros). A comparação de situações entre ou dentro de diferentes países levou à criação de teorias estruturantes para a pesquisa. Explicar e “entender causalmente o significado abrangente de uma atividade” (Weber, 1971 [1922]) não é simplesmente uma questão de descrever fatos isolados ou cotejar reflexões pontuais, mas de fazê-los dialogar entre si por meio de método e teoria. O desenho da pesquisa, portanto, representa o desafio essencial de todo estudo comparativa, pois define seu rigor e seu valor heurístico. A partir desta edição de *Sur le journalisme – About Journalism – Sobre Jornalismo*, parece mesmo possível argumentar que a contribuição mais importante da abordagem comparativa reside na confrontação sistemática e refletida entre teoria e realidade empírica, empregando um método que examina vários estudos de caso e gera novo conhecimento. Como Sartori (1994) ressalta, “a comparação e o estudo de casos podem funcionar muito bem reforçando-se mutuamente e complementando-se [...]. Os estudos de caso heurísticos fornecem a base ideal – e talvez a melhor – para conceituar generalizações”.

Não existe consenso, entretanto, sobre as teorias ou métodos a utilizar em pesquisas comparativas, nem entre os nossos autores, nem na literatura mais

ampla (ver, por exemplo, Sartori, 1994; Kohli et al. 1995; Lichbach e Zuckerman, 2009). Hallin e Mancini (2012) até desaconselham a proposta de análise comparativa como um quadro, método ou modelo universal nos estudos de comunicação, especialmente quando se considera contextos políticos muito diferentes.

O tema dá margem a vários posicionamentos, com eventuais divergências entre linhas disciplinares, ou ainda no interior delas, variando do o racionalismo e o institucionalismo histórico a abordagens culturalistas. No entanto, não estamos interessados aqui em reascender um debate teórico muitas vezes mordaz. Nesse sentido, evitamos qualquer hipótese normativa sobre os vínculos entre jornalismo, mídia e política, e preferimos, em vez disso, nos concentrar nas temáticas presentes os artigos desta edição e que nos parecem muito mais fecundas no sentido de fomentar o debate.

A CONCEPÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Um dos aspectos centrais da abordagem comparativa é a pergunta pesquisa. Todos os artigos nesta edição destacam a importância dessa pergunta na seleção da amostra do estudo (ver Hirschl, 2005), na construção do quadro teórico, na implementação da metodologia e na execução da pesquisa empírica. Do ponto de vista formal, a pergunta de pesquisa também orienta a redação dos trabalhos, ajudando os pesquisadores a articular suas descobertas de maneira completa e coerente.

A pergunta de pesquisa não é apenas uma questão de forma. Se o objetivo na pesquisa comparativa é desconstruir o essencialismo em relação aos temas estudados, é a pergunta de pesquisa que possibilita problematizar os assuntos e reexaminar afirmações teóricas tidas por certas à luz dos resultados empíricos (ver os artigos de Fierens e Mick nesta edição). A pergunta de pesquisa permite, assim, a troca dialógica entre teoria/realidade empírica. Dessa forma, a pergunta da pesquisa comparativa não apenas aborda fatos empíricos, mas também questiona a relevância e a completude das propostas teóricas apresentadas.

Após a pergunta de pesquisa, a decisão mais importante enfrentada pelo pesquisador comparatista é a escolha dos estudos de caso (veja o argumento de Charbonneaux sobre este assunto nesta edição). Como os artigos desta edição enfatizam, o tamanho da amostra pode ser pequeno – apenas dois casos – ou grande. Esta escolha implica em considerações importantes do ponto de vista metodológico: é impossível realizar estudos institucionais ou histó-

ricos com a profundidade necessária e um número muito grande de casos; mas também é impossível conduzir quantitativos estatisticamente significativos com uma amostra limitada.

É claro que as posições ontológicas dos pesquisadores, sejam explícitas ou deduzíveis dos métodos escolhidos, às vezes podem ser incompatíveis. Os artigos desta edição demonstram, no entanto, que é possível manter um diálogo metodológico e fazer contribuições analíticas importantes usando métodos de pesquisa mista se a análise for rigorosa e sistemática (veja, por exemplo, o trabalho de Anastasiou e Prmanova e de Guillén e Rodríguez Díaz nesta edição); tornando possível, entre outras coisas, a reprodução desses estudos em outros contextos, promovendo, assim, o ciclo dialético teoria/realidade empírica.

Mas os critérios utilizados para selecionar uma amostra de estudo incluem não apenas o tamanho, mas também o tipo. Alguns autores, como Jacques Mick, criticam o “viés nacional” (a ideia de que a melhor amostra de estudo é a delimitada pelas fronteiras dos estados-nação contemporâneos (cf. Snyder, 2001)). Outros mostram que essa construção – que pode ser heurística e política – ainda pode ser útil (Prmanova), ou nos lembram da pertinência da análise multinível em pesquisa comparativa em análise multinível (Anastasiou). Em última instância, esse debate nos remete à centralidade da pergunta de pesquisa, pois é aí onde uma amostra de estudo relevante para a análise será identificada e incluída – e algumas vezes questionará – os limites pré-existentes e familiares (estados nacionais, regiões culturais, eras históricas, grupos sociais, etc.).

Uma preocupação relacionada a esse debate é a globalização e os desafios que ela traz para a pesquisa comparativa. Em que medida a intensificação das interações, a criação de novas relações entre as diferentes regiões e a aproximação de dimensões anteriormente separadas – “o apagamento das fronteiras”, em outras palavras – minam a possibilidade de estabelecer e estudar estudos de caso distintos e comparáveis? De modo mais geral, como perguntam Vera-Zambrano e Powers, como podemos evitar a criação de relações falaciosas ao empreender análises comparativas?

Os artigos desta edição oferecem uma variedade de respostas. Por um lado, eles nos lembram que, além de determinar as semelhanças e diferenças (veja abaixo) entre dois ou mais assuntos considerados distintos, a identificação e o estudo das relações entre esses assuntos são fundamentais na pesquisa comparativa (Mill, 1843; retomado aqui por Charbonneaux, e Oliveira e Paulino). Por outro lado, as

comparações não precisam ser sincrônicas. Para atingir seus objetivos interpretativos, a análise comparativa pode igualmente ser aplicada aos fenômenos que ocorrem em um mesmo espaço geográfico, mas separados no tempo. Isso permite expandir a amostra do estudo e a perspectiva de pesquisa, ao mesmo tempo que se beneficia de avanços de pesquisa pré-existente, como Trudel e De Maeyer fazem nesta edição. Como observamos acima, a pesquisa comparativa parece ser antes de tudo uma ferramenta heurística – teórica e metodológica – para descobrir e explicar relações e, possivelmente, ligações causais entre fenômenos, qualquer que seja sua natureza.

OS RESULTADOS DOS ESTUDOS COMPARATIVOS

Os casos apresentados nesta edição são geograficamente diversos (África, Américas, Ásia Central e Europa) e vão do século XIX ao século XXI. De acordo com os atuais sistemas de pensamento predominantes da nossa disciplina, tentamos evitar as abordagens atlânticas e eurocêntricas (cf. Hallin e Mancini, 2012). À luz da maneira como concebemos a análise comparativa (vinculando teoria, metodologia e realidade empírica), o fator crítico é como cada elemento contribui para responder a uma pergunta de pesquisa.

De acordo com a tradição da *Sur le journalisme – About Journalism – Sobre Jornalismo*, os artigos desta edição foram escritos em quatro idiomas (inglês, francês, espanhol e português). Esperamos, assim, fortalecer o diálogo entre diferentes escolas, abordagens e fundamentos de pesquisa (ou seja, o diálogo transatlântico proposto por Vera-Zambrano e Powers). Mas a língua também é importante como instrumento metodológico para ajudar a compreender argumentos científicos, estruturas políticas e dinâmicas sociais. O idioma é uma chave fundamental para desbloquear o contexto, que é um elemento central da análise comparativa.

De fato, os assuntos temáticos desta edição e os possíveis vínculos entre eles significam que os autores se voltam para o contexto – entendido como um conjunto dinâmico e complexo de relações sociais com efeito sobre o fenômeno, além de transcendê-lo (March e Olsen, 1989) – como um elemento de sua abordagem comparativa. Quer se trate de um quadro institucional, de estruturas históricas ou sociais ou de noções ideológicas e culturais que moldam a forma como o jornalismo, a mídia e a política operam em suas respectivas dinâmicas, lembramos constantemente que os fenômenos não podem ser explicados sem uma referência sistemática e completa aos ambientes

em que se manifestam, como Fierens e Prmanova apontam nesta edição.

A importância do contexto estimula os autores desta edição temática a fazer do trabalho empírico um elemento central de suas abordagens. Obviamente, nem todos os trabalhos terão resultados empíricos – alguns estão mais preocupados com a aplicação explícita da abordagem comparativa como apoio de um projeto de pesquisa mais amplo do que o artigo publicado aqui. No entanto, todos os autores reconhecem a necessidade de material empírico originário de uma pesquisa de campo para suportar a análise. Aqui, novamente, a dialética teoria/realidade empírica se coloca como um elemento fundamental em pesquisas comparativas.

A forma como o contexto da pesquisa é abordado também nos permite discutir, de forma mais geral, o papel do método nos estudos comparativos. O método de diferença, por exemplo, permite identificar os efeitos da interação entre um fenômeno e um contexto específico. Por sua vez, o método de concordância favorece os elementos comuns a fenômenos estudados em suas diferentes manifestações, o que nos permite identificar e definir seus traços característicos (Przeworski e Teune, 1970; Skocpol, 1978; cf. Oliveira e Paulino, nesta edição).

Assim, se adotarmos a distinção de Daniel-Louis Seiler (1994), duas abordagens principais podem ser adotadas quando usamos a abordagem comparativa: “comparar para classificar” e “comparar para compreender”. A primeira refere-se a uma abordagem mais ligada ao estruturalismo, seja a criação de indicadores analíticos por meio da construção de tipos ideais, modelos metonímicos, taxonomias ou as “epistemes” de Michel Foucault (1966, 1969).

Mais em consonância com o foco desta edição temática, o princípio da comparação para compreender baseia-se na noção de que a comparação deve descentrar o foco dos pesquisadores, permitindo que eles se distanciem do que conhecem *a priori* e busquem traços comuns, mesmo universais, entre as diferentes situações que experimentam ou descobrem. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador abre a porta a uma nova compreensão das variáveis e das dinâmicas causais.

Em seu desejo de fornecer explicações convincentes – incluindo uma definição precisa do fenômeno e uma descrição das características essenciais de sua interação com dinâmicas sociais mais amplas – os autores desta edição temática muitas vezes combinam diferentes abordagens em um único projeto de pesquisa (Mill, 1843). Mais uma vez, a criatividade metodológica e a abertura teórica são imperativas.

Independentemente da abordagem escolhida, é importante que os pesquisadores não confundam amostras de estudo ao compará-las, particularmente no que se refere ao conhecimento prévio prescritivo e pressupostos relacionados ao tema e que são, muitas vezes, externos à pergunta de pesquisa, mas que frequentemente são encontrados nos campos do jornalismo, mídia e política (como será discutido abaixo). Isso requer manter uma relação firme entre o sujeito e seu contexto específico, uma abordagem metodológica criativa para identificar e operacionalizar efetivamente os critérios de pesquisa e uma mente aberta para extrair elementos teóricos e metodológicos de fontes diferentes (ver, entre outros, o trabalho de Mick, Trudel e De Maeyer, Vera-Zambrano e Powers).

INTERCÂMBIOS ENTRE JORNALISMO, MÍDIA E POLÍTICA

Embora possa ser fácil apontar, de forma geral, as contribuições e o valor heurístico da pesquisa comparativa – enfatizando seu alcance, questões e métodos –, isso não é tão fácil assim quando se trata dos intercâmbios entre jornalismo, mídia e política. A riqueza do material empírico apresentado nesta edição não nos permite fazer aqui um exercício simplista de sistematização. É possível, no entanto, destacar alguns elementos que, na nossa visão, poderiam servir como blocos de construção para a reflexão a longo prazo e contribuir para um debate muito mais amplo do que o que podemos propor aqui.

Sob o risco de reafirmar o óbvio, os vínculos entre jornalismo, mídia e política são complexos e multidirecionais (Gingras, 2010). No entanto, eles parecem ser co-constitutivos, o que significa que os melhores quadros temporais para as análises apresentadas nesta edição temática parecem ser as análises dos ciclos sociopolíticos das sociedades estudadas. Embora os processos de mídia e jornalismo não coincidam perfeitamente com a vida política da sociedade a que pertencem, eles são, no entanto, fortemente influenciados por ela, como Fierens demonstra em seu artigo sobre jornalismo no Congo e na Costa do Marfim.

Além disso, a natureza democrática de certos regimes políticos – tão complexa e mergulhada na normatividade quanto pode ser – parece sugerir uma conexão com a emergência do discurso da mídia per se. Alguns argumentam que tal discurso está em melhor posição para implementar e retratar relações críticas horizontais e dialógicas com a política – embora não seja completamente livre de vieses normativos. Os meios de comunicação e, pelo menos parcialmente, os discursos jornalísticos

interpretam, assim, suas relações específicas com a política para se diferenciar das relações públicas e da propaganda.

Contudo, esta edição temática mostra-nos que a própria compreensão dos princípios que regem o papel do jornalismo na democracia varia de modo a torná-los irreconhecíveis dependendo do contexto político (ver a comparação de Anastasiou entre a Grécia, Suécia e Reino Unido). Como mencionado acima, os diferentes contextos – histórico, social, cultural – desempenham um papel central na elaboração de intercâmbios entre jornalismo, mídia e política e é a missão de estudos comparativos compreendê-los e tentar explicá-los (como Oliveira e Paulino: entendem causalmente o significado abrangente de uma atividade”, Weber, 1971 [1922]).

A pesquisa comparativa sofre uma tensão entre dois polos que frequentemente são evocados e que são difíceis de não mencionar: determinismo e relativismo – duas questões várias vezes estudadas em ciência política. Promovido ao extremo, o determinismo pode assumir a forma de uma negação das diferenças e uma redução aos padrões uniformemente aplicados. Uma perspectiva teleológica pode, assim, procurar estabelecer um objetivo natural ou desejado (sob a aparência de declarações relativas ao “desenvolvimento” das sociedades, à “independência da mídia” ou ao “papel dos jornalistas” em uma democracia, etc.), tornando-se a fonte ou a referência, explícita ou não, da comparação. O risco do relativismo, por outro, reside na representação da separação estrita em que as diferenças são propostas e mantidas para garantir que elas não sejam desconsideradas. É também pela não-aplicação de valores externos. Tudo isso limitaria o alcance da comparação e os processos de troca, sob o risco de apagar artificialmente pontos comuns observados.

No contexto da pesquisa sobre mídia e jornalismo, o risco de determinismo na pesquisa comparativa nos parece particularmente significativo, na medida em que pode concordar com discursos, valores e identidades fortemente derivados dos preconceitos e imaginários dos atores e de grupos profissionais predominantes. O frágil equilíbrio da pesquisa comparativa e do intercâmbio entre jornalismo, mídia e política exige um esforço concertado para distinguir e estudar esses elementos normativos nos discursos e organizações envolvidos. Assim, os padrões profissionais do jornalismo, tal como são percebidos e reproduzidos, tanto por atores como por aqueles que os estudam, devem ser colocados em seu contexto a todo custo. Esses elementos normativos podem ser compartilhados por diferentes culturas, nomeadamente as culturas ocidentais, sem necessariamente serem naturalizados, deslocados e impostos a ou-

tros espaços culturais, históricos, socioeconômicos e políticos. Além disso, esses elementos normativos também estão sujeitos a processos muito fortes de resistência, adoção e adaptação que refletem os caprichos dos equilíbrios de poder local (cf. Albuquerque, 2012).

Em uma observação diferente, os autores desta edição parecem – implícita ou explicitamente – enfatizar que a mídia impressa (jornais e revistas) continua sendo um vetor importante, senão o principal, na construção de representações públicas de atores e questões da arena pública (Habermas, 1991 [1962]). Ao combinar imagens e textos, transmitindo diferentes tipos de discurso (variando de anedotas superficiais a relatórios e peças de opinião) e permanecendo fisicamente disponíveis além da instantaneidade, a mídia impressa contribui para a instituição de figuras de autoridade pública em uma sociedade e, portanto, permanece como um elemento central no estudo da relação entre jornalismo, mídia e política (ver Charbonneau, Mick, nesta edição).

Para além da representação contingente da realidade da mídia – em que o debate sobre o enquadramento e a definição da agenda assume seu pleno significado (cf. Canelas Rubim et al., 2004) – há um consenso de que os efeitos da mídia na discussão política (entre outros) devem ser questionados, relativizados. Mesmo a mídia impressa é essencialmente efêmera, o que pode contribuir para o seu impacto limitado nas dinâmicas e no conteúdo dos principais debates sociais e políticos. Assim, mesmo a visão geralmente difundida de que a mídia não pode impor ideias, mas ainda pode apagar ou definir os temas do debate público parece questionável (Cohen, 1963, citado por Guillén e Rodríguez Díaz nesta edição).

Embora não seja o tema principal desta edição, a natureza complexa e a dinâmica da opinião pública, em nossa opinião, precisa ser mais bem estudada. Nesse sentido, um caminho de pesquisa que esta edição temática propõe é considerar o intercâmbio entre jornalismo, mídia e política de forma indireta. Por exemplo, se o jornalismo – e a mídia – pode instituir figuras de autoridade pública, as formas de autoridade delas não são sempre abertamente políticas. O conhecimento, por exemplo, incluindo o conhecimento científico, pode ser uma fonte de autoridade e poder. Os artigos desta edição abordam muito pouco esse objeto, mas a questão do papel político da informação – muitas vezes conhecido ou representado como tecnocracia – requer nossa atenção (Garretón, 1989, retomado por Trudel e De Maeyer).

Em um contexto discursivo em que as “notícias falsas” florescem (às vezes identificadas *a posteriori*

como tais) e “fatos alternativos” são reivindicados *a priori*, as questões de poder continuam relevantes. Essas declarações e discursos ressaltam a prevalência dos conflitos de autoridade. Primeiro, contêm afirmações implícitas ou explícitas de legitimidade no espaço público (embora isso possa ser mais do que nunca removido da concepção habermasiana). Além disso, eles levam a reações (tipicamente negativas) entre os vários atores no trabalho dos domínios de conhecimento e de poder — jornalismo, mídia, política e até ciência. É assim que as verdades universais, embora contestáveis, são adotadas com base em posições ontológicas confundidas em parte com os pressupostos estabelecidos (o real como referente, ou até mesmo a verdade) e permeiam o jornalismo, a mídia e a política (e seus estudos). Como resultado, muitas formações discursivas estão vindo parte de seus princípios, fronteiras e condições

desafiadas e colocadas em questão. Convidamos os pesquisadores a dirigirem suas próprias perguntas a este tema.

Esta é apenas uma reflexão entre outras. Estamos confiantes de que esta edição temática de *Sur le journalisme – About Journalism – Sobre Jornalismo* sobre estudos comparativos em jornalismo, mídia e política é rico em questões, *insights* de pesquisa, propostas metodológicas e até mesmo novas explicações. Em conclusão, e com o risco de repetir-nos, esta edição confirma que os estudos comparativos prosperam em um ambiente heterogêneo, abundante como acontece nos debates teóricos e metodológicos.

Tradução: Cristiano Anunciação.
Agradecimento a Lia Seixas pela revisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, A., 2012, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective", in Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Canelas Rubim, A. (Ed.), 2004, *Comunicação e Política*, Salvador, EDUFBA – COMPOS – UNESP, pp. 127-180.
- Cohen, B., 1963, *The Press and Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- Foucault, M., 1966, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard.
- Foucault, M., 1969, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.
- Garretón, M. A., 1989, *The Chilean Political Process*, Boston, Unwin Hyman.
- Gingras, A.-M. (Ed.), 2010, *La communication politique. État des savoirs, enjeux et perspectives*, Quebec, Presses de l'Université du Québec.
- Habermas, J., 1991 [1962], *L'espace public*, Paris, Payot.
- Hallin, D., Mancini, P., 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hirschl, R., 2005, "The Question of Case Selection in Comparative Constitutional Law", *The American Journal of Comparative Law*, vol. 53, n° 1, pp. 125-155.
- Kohli, A. et al., 1995, "The Role of Theory in Comparative Politics", *World Politics*, vol. 48, n° 1, pp. 1-49.
- Lichbach, M., Zuckerman, A., 2009, *Comparative Politics. Rationality, Culture and Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- March, J., Olsen, J., 1989, *Rediscovering Institutions. The Organizational Basis of Politics*, New York, Free Press.
- Mill, J. S., 1843, "Of the Four Methods of Experimental Inquiry", *A System of Logic*, London, John Parker, pp. 450-479.
- Przeworski, A., Teune, H., 1970, *The Logic of Comparative Social Inquiry*, New York, Wiley-Interscience.
- Sartori, G., 1994, "Bien comparer, mal comparer", *Revue internationale de politique comparée*, vol. 1, n° 1, pp. 19-36.
- Seiler, D.-L., 1994, "Science politique, comparaison et universaux ou ce que comparer veut dire", *Revue internationale de politique comparée*, vol. 1, n° 1, pp. 91-110.
- Skocpol, T., 1978, *States and Social Revolutions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Snyder, R., 2001, "Scaling Down: The Subnational Comparative Method", *Studies in Comparative International Development*, vol. 36, n° 1, pp. 93-110.
- Weber, M., 1971 [1922], *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, J.C.B. Mohr.

